

A VÍTIMA DO INENARRÁVEL COMO OBJETO DE CAPTURA DAS SUBJETIVIDADES

Silvia Maria Brandão Queiroz*

Resumo: Pensamos a experiência da recente ditadura brasileira no diálogo com a filosofia política e em intersecção com os modos de agir do contemporâneo. Argumentamos que a compreensão do que essa experiência tem de comum e atual, seu testemunho, está bloqueado. A incomunicabilidade do horror dos rastros que restam indelévels da memória das vítimas faz com que elas, e ainda que de outro modo, as parcelas da coletividade não diretamente atingidas, continuem paralisadas nos efeitos perversos do trauma: a dor das vítimas segue não elaborada e as subjetividades capturadas pelas manipulações de sentidos, que reverberam nos modos como os homens exercem sua autonomia e liberdade no agora. A paralisia se configura, em parte, por meio do cálculo governamental que reconhece as vítimas mais como *objetos* do que como *sujeitos*: de um lado, os vitimados merecedores de cuidados, mas incapazes do discurso e da ação, do outro, o Estado e seus especialistas, que cuidam dos sofrendores e delimitam suas capacidades políticas. Ao mesmo tempo em que as ações oficiais buscam atender as necessidades de reparação pecuniária e simbólica, de verdade histórica, de apoio psicológico, colocam as vítimas no fora de lugar dos testemunhos públicos do litígio e das trocas de argumentos dos contáveis da justiça. O reconhecimento se dá então pela individualização das vítimas como exterioridade com relação ao restante da sociedade. E as vítimas reconhecidas por sua condição biológica [o corpo que sofre] e psíquica [o trauma que não se esquece]. Reconhecidas como resultado da pura animalidade da tortura. Esse modo de agir governamental evidencia o paradoxo dos direitos humanos, quando faz aparecer o sujeito de direitos como uma vítima receptora das políticas de Estado, mais do que como um sujeito capaz de agir e transcender o lugar previamente outorgado pelo direito legitimador da democracia. Isso não significa dizer que as ofensas são imaginárias, as vítimas merecem reparação. Todavia, refletimos em que medida o *status* de vítima como sofrimento e falta é utilizado para capturar subjetividades. E em que medida a vítima é o que não se captura e nos põe sob os olhos os limites da universalidade abstrata do sujeito de direito, que muitas vezes se torna invisível no jogo do reconhecido - jogado fora. Algo sempre resta. A vítima é o resto, mas um resto que se faz presente de múltiplas formas.

Palavras-chave: ditadura, democracia, reconhecimento, vitimização, ação política.

*Universidade Federal de São Paulo. E-mail: silmaribrandao@uol.com.br. Doutoranda. Esta comunicação foi idealizada a partir da reflexão que desenvolvemos em nossa dissertação de mestrado: *Dialogando com Paul Ricoeur. A dimensão política da memória traumática*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, em 2014. Foi considerada também a comunicação intitulada *A Justiça das Vítimas*, que apresentamos no XIII Simpósio Iberoamericano de Filosofia Política realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em outubro de 2013.

A vítima do inenarrável como objeto de captura das subjetividades

No contemporâneo as feridas da recente ditadura brasileira permanecem abertas. Elas se originam da violência de Estado fundadora da democracia, que teve por princípio de ação o terror. E ele não afetou somente as vítimas diretas do horror, mas enquanto ação exemplar se ramificou pelo tecido social, instaurando medos e condutas, capturando e produzindo subjetividades.

O agir ditatorial pela via do terrorismo de Estado se fundamentou e legitimou, dentre outras formas, pela necessidade do extermínio das parcelas da população que representavam riscos ao progresso da coletividade [ARENDR 1989] e a democracia, notadamente os opositores políticos. Seguindo esta lógica governamental, o poder soberano para além do ordenamento jurídico e pela prerrogativa legal suspendeu os direitos dos considerados *perigosos* e instaurou uma ditadura que durou vinte e um anos.

No limite, todos estavam passíveis de serem atingidos pela regra da exceção. Pois como pensa Agamben, quando o estado de exceção torna-se regra o que temos é a indeterminação entre direito e fato. Sua regra é de fato que ninguém tem a garantia de ter direito algum, já que em determinadas circunstâncias, em situações emergenciais o direito sempre pode ser suspenso [2004]. A regra da exceção fez dos sujeitos meros viventes, que enquanto descartáveis de direito podiam ser eliminados. A vida dos sem direitos ficou então exposta à morte.

No Brasil, assim como em outras ditaduras latino-americanas do passado recente, o estado de exceção se pautou na Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual sendo o inimigo interno, o combate se desloca para o interior da nação [O'DONNELL 1986]. A suspensão dos direitos dos *perigosos* foi então institucionalizada e os corpos dos opositores políticos tornaram-se torturáveis, matáveis e passíveis de desaparecimento, sem que tais atos fossem considerados crimes ou delitos.

Ainda que não possamos mensurar os efeitos do horror produzido pelo estado de exceção, numericamente, de acordo com o Dossiê Ditadura, no Brasil somente nos primeiros meses da ditadura cerca de 50 mil pessoas foram presas; há ao menos 426 mortos e desaparecidos políticos, sendo que 30 ocorrem no exterior; um número desconhecido de mortos em manifestações públicas; 7.367 indiciados e 10.034 atingidos na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança

nacional; 4 condenações à pena de morte; 130 banidos; 4.862 cassados; 6.592 militares atingidos; milhares de exilados; e centenas de camponeses assassinados [DOSSIÊ 2009: 21].

Todavia, embora o horror tenha atingido intensamente às vítimas, a mensagem se destinava a sociedade, que de algum modo sabia, pois o terrorismo de Estado se espalhou pela coletividade, ainda que em diferentes graus ou formas, dentre as quais temos a impossibilidade do uso da liberdade e da autonomia da palavra pública. Em parte ignorando, em parte aderindo, em parte paralisada pelo medo, uma parcela significativa da sociedade não agiu. Nesse sentido, tornou-se vítima e algoz e tem responsabilidade. No entanto, isso não significa dizer que há uma culpa coletiva, pois como diz Hannah Arendt “não existem coisas como culpa coletiva ou inocência coletiva. A culpa e a inocência só fazem sentido se aplicadas aos indivíduos” [ARENDT 2004: 91]. Portanto falar em culpa coletiva é outra forma de dizer que a culpa é de ninguém.

Com o retorno da democracia a memória do horror foi encoberta, ficou recalcada, seus sentidos foram manipulados, a sociedade fugiu da lembrança [RICOEUR 2007], mas a captura das subjetividades engendrada pelo terror, a ignorância, a indiferença e a adesão à necessidade da violência de Estado contra os supostos inimigos da ordem, os efeitos do trauma e do medo perduram. Ficaram cravados na memória. Sendo constantemente evocados pela violência contemporânea de Estado, que segue, com o apoio de parcelas da coletividade, capturando subjetividades e agindo contra os *perigosos*, produzindo e presenteando torturadores e fabricando corpos torturáveis, matáveis e passíveis de desaparecimento.

Temos a autonomia e a liberdade como que relegadas a meros arranjos de necessidade e a subjetividade dos sujeitos sociais que agem no agora fígadas por direitos que não expressam mais lutas e capacidades políticas, mas são atribuídos a sujeitos sem fala. Trata-se da democracia do consenso, que para Jacques Rancière faz do resto da conta, do litígio do povo, da manifestação das parcelas dos sem parcelas problema e a visibilidade do dano é substituída por políticas que administram o tratamento da falta, por meio da solução mais racional, objetivamente a única possível [1996]. As vítimas são tratadas então mais como *objetos* do que como *sujeitos*: de um lado, os vitimados merecedores de cuidados, mas incapazes do discurso e da ação [AGAMBEN 2002], do

outro, o Estado e seus especialistas, que cuidam dos sofrendores e delimitam suas capacidades políticas.

A democracia do consenso tem caracterizado o modo de agir governamental com relação à visibilidade jurídico-institucional dada aos crimes e às vítimas da ditadura brasileira. As políticas oficiais de memória e justiça ao mesmo tempo em que reconhecem as vítimas, em nome da pacificação e da reconciliação nacionais estabelecem como intenção possível o atendimento das suas necessidades privadas e históricas de seres traumatizados e padecedores. Atos de justiça estão fora da lógica do possível. As vítimas permanecem como sujeito *sem direitos*, ainda que os tenham; como indivíduos sofrendores, mas incapazes do dizer público que atesta a experiência do horror como memória compartilhada no que ela tem de singular, comum e contemporâneo.

A incomunicabilidade do horror dos rastros que restam indelévels da memória das vítimas faz com que elas [FREUD 1996], e ainda que de outro modo, as parcelas da coletividade não diretamente atingidas, continuem paralisadas nos efeitos perversos do trauma: a dor das vítimas segue não elaborada e as subjetividades capturadas pelas manipulações de sentidos, que reverberam nos seus modos de agir no agora e em perspectiva de futuro.

O reconhecimento das vítimas se dá então pela manutenção da lógica dicotômica da barbárie. Se antes elas eram a doença a ser extirpada do corpo social, agora ainda que o argumento difira do passado, elas são reconhecidas por sua individualização como grupo que necessita de tratamento específico devido ao trauma pessoal advindo da gravidade da falta sofrida. Assim, ainda que o discurso oficial nos diga que a questão é coletiva, como no passado as vítimas continuam sendo tratadas como exterioridade com relação ao restante da sociedade. Reconhecidas por sua condição biológica [o corpo que sofre] e psíquica [o trauma que não se esquece]. Reconhecidas assim como resultado da pura animalidade da tortura, pelas sequelas provocadas pela experiência de desumanização, quando nas mãos do torturador tornaram-se objeto, ou pela carência pessoal advinda das perseguições políticas sofridas. Ou como um resto de um passado despregado do presente e do futuro, que deve ser reconhecido para que essa página da história possa ser simplesmente virada.

A revalidação da interpretação da lei de anistia pelo Supremo Tribunal Federal em 2010 não deve ser vista então como um resto do passado violento, mas como o modo de agir governamental do contemporâneo. Destacamos que em sua argumentação de 2010, os

ministros do STF ignoraram que em 1979 vivíamos numa ditadura e consideraram que a lei de anistia foi fruto de um consenso democrático, sendo um instrumento legítimo para a arbitragem dos conflitos do passado pelo presente. É como se as vítimas permanecem em um estado de exceção permanente. Pois ao mesmo tempo em que o Estado as reconhece quando promulga leis e executa políticas de reparação pecuniária, psíquica, simbólica e histórica, bloqueia a inscrição da memória da dor nos sentidos publicamente compartilhados quando suspende formalmente o direito à linguagem, ao testemunho, ao julgamento e à punição dos responsáveis. E tal bloqueio possibilita ainda que os sujeitos sociais não diretamente atingidos, não se reconheçam nas marcas do vivido, impossibilitando assim, como sugere a reflexão de Todorov, a compreensão do que esta experiência-extrema tem de exemplar [2000].

O uso governamental da regra da exceção nas políticas oficiais de memória e justiça se clarifica quando nos debruçamos sobre as três leis pós-anistia que tratam da questão. A primeira lei foi a 9.140/95, que garantiu basicamente a reparação pecuniária e o atestado de óbito aos familiares dos mortos e desaparecidos. O Estado assumiu a sua responsabilidade objetiva, mas eximiu-se de identificar os responsáveis, de apurar as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos e de localizar os corpos. E deu a questão uma dimensão privada quando permitiu apenas aos familiares entrarem com o pedido de indenização e os fez responsáveis por apresentarem as provas das violações. Era um assunto doméstico, tanto que a Comissão Especial criada para analisar as denúncias trabalharia de portas fechadas [MEZAROBBA 2003].

A segunda lei foi a 10.559/02, que estabeleceu o direito de reparação pecuniária aos anistiados políticos. Como a lei dos mortos e desaparecidos, seu foco é o atendimento as necessidades individuais, a esfera privada ou a reparação aos danos pessoais advindos das perseguições políticas. No entanto, a Comissão tem desenvolvido atividades educativas por meio de publicações e eventos. E a partir de 2008, contemplado o testemunho público via Caravanas da Anistia. Entretanto, isso é insuficiente para que ele adquira a dimensão pública, pois como diz Márcio Seligmann, no Brasil “a apresentação do dano é reprimida até o limite, mas quando ela se dá, não ocorre a recepção do testemunho e das provas. [...] ele é ao mesmo tempo apresentado e anulado” [2012: 75] pelos meios de informação que o tratam como um resto indesejável do passado. Para o autor, o crime perfeito não é a eliminação das vítimas ou das testemunhas, mas “obter o silêncio das testemunhas, a surdez dos juízes e a

inconsistência [a insanidade] do testemunho” [2012: 75]. As duas leis não tocaram na anistia a não ser para reafirmar a exclusão do direito das vítimas conforme os princípios da paz social e da reconciliação nacional expressos na lei de 1979.

A terceira lei, que também não toca na anistia, foi a 12.528/11, promulgada após a condenação do Estado brasileiro no caso Araguaia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA em 2010, e que instituiu a Comissão Nacional da Verdade. A Comissão tem por finalidade efetivar o direito a memória, a verdade histórica e promover a velha reconciliação nacional. Contudo, trata-se de reparação histórica e, nesse sentido, diferentemente das leis anteriores ela se volta para o nós. No entanto, a possibilidade do privado prevalecer sobre o público permanece, pois embora o Art. 5º da lei estabeleça que as atividades sejam públicas, fica a critério da Comissão o sigilo para casos que considere “relevante para o alcance de seus objetivos ou mesmo para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas”. Sem falar nos entraves a apuração histórica, pois ainda que a Comissão tenha dentre seus objetivos “promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria” os arquivos militares permanecem, ao menos em parte, como que oficiosamente destruídos, como os corpos dos opositores políticos seguem *desaparecidos*.

Este modo de agir governamental evidencia o paradoxo dos direitos humanos, quando faz aparecer o sujeito de direitos como uma vítima receptora das políticas de Estado, mais do que como um sujeito capaz de agir e transcender o lugar previamente outorgado pelo direito legitimador da democracia. Contudo, se por um lado, as políticas oficiais de memória e justiça seguem delimitadas pelo perdão institucionalizado pela anistia [RICOEUR 2007], pelo esquecimento, pelo silêncio e pela impunidade. Por outro, o poder ditatorial só existiu em ato a partir da produção de vítimas. A vítima é produto direto da violência de Estado. E hoje ela é seu resto.

E apesar dos limites das medidas oficiais de reconhecimento, elas resultam da ação política do coletivo de vítimas, que em conjunto com ativistas de direitos humanos, lutam por memória, verdade e justiça [DOSSIÊ DITADURA 2009]. São as ações políticas das vítimas, seus modos de ser e agir perpassados por rastros indeléveis da experiência do horror da tortura, do assassinato e do desaparecimento dos corpos de seus entes queridos, engendrado por uma política de Estado desumanizadora, que nos

põem sob os olhos os limites da universalidade abstrata do sujeito de direito, que muitas vezes se torna invisível no jogo do reconhecido - jogado fora.

Por fim, destacamos que refletir acerca dos limites das políticas oficiais de memória e justiça das vítimas não significa dizer que as ofensas são imaginárias, as vítimas merecem reparação. E nem mesmo pensar que tais medidas não minimizem os problemas dos diretamente atingidos, ou não propiciem certo reconhecimento histórico. Todavia, ponderamos que o reconhecimento das vítimas como sofrimento e falta, ainda que em muitos casos sejam imprescindíveis ao apaziguamento de suas feridas, não são suficientes à sua emancipação política, elas permanecem como que providas apenas da voz que exprime uma queixa monótona, um sofrimento, que a saturação tornou inaudível [RANCIÈRE 1996].

O bloqueio da narrativa e da escuta pública da voz das vítimas, a ausência da inscrição da experiência desumanizadora nos sentidos comuns compartilhados, tem possibilitado ainda que as vítimas sejam instrumentalizadas como objetos de captura das subjetividades, fortalecendo assim tanto o apoio de parcelas da coletividade a violência de Estado do passado e do presente, como a ignorância e a indiferença. O restante da coletividade, ao menos em parte, acomoda-se então no exterior, sente-se como parte não afetada: nem vítima e nem algoz, portanto livre para fugir ao enfrentamento e a compreensão da mensagem perturbadora do trauma e da responsabilidade vicária, que todos os membros da comunidade têm por coisas feitas em seu nome [ARENDT 2004]. Quanto aos algozes, seguem impunes sem ao menos passarem pelo constrangimento de um julgamento. E o Estado e seus agentes justificando no contemporâneo o monopólio da violência legítima contra os supostos inimigos da ordem democrática. O que assistimos no contemporâneo é ainda a reprodução da violência estatal e a serialização da vitimização. E as vítimas e os indesejáveis de hoje são os de sempre: preferencialmente os socialmente desclassificáveis, os pobres, os parasitas ou os que se opõem à ordem instituída.

Finalizamos dizendo que somos uma sociedade afetada pelo trauma, mesmo que o país pense não ser mais um trauma, mas já ter sido um trauma. Portanto, sua elaboração não é uma demanda individual e privada, restrita a uma parte da sociedade afetada no passado, como sugerem as políticas oficiais de reparação às vítimas promovidas pelo Estado democrático, mas coletiva, pública e contemporânea.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Responsabilidade e julgamento**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BADIOU, Alain. **Ética**: um ensaio sobre a consciência do mal. Trad. Antônio Transito; Ari Roitman. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DOSSIÊ Ditadura: **mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009.
- FOUCAULT, Michel, O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero; Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.
- FREUD, Sigmund. Recordar, repetir, elaborar. In: **Sigmund Freud**: edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, vol. 12, 1996.
- MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro, anistia e suas conseqüências**: um estudo do caso brasileiro. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos**: Autoritarismo e democratização. Trad. EdelynKay Massaro; Nathan Giralaldi. São Paulo: Vértice, 1986.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RICOEUR, Paul. **O percurso do reconhecimento**. Trad. Nicolas Nyimi Campanário, São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François (et. al.) Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- SELIGMANN, Márcio. O local do testemunho. In: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé (org.). **Justiça e memória**: Direito à justiça, memória e reparação: a condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo: Casa Leiria: Passo Fundo: IFIBE, 2012, p. 55-80.
- TELES, Edson. **Brasil e África do Sul**: memória política em democracias com herança autoritária. 2007. 153 f. (Doutorado em filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- TODOROV, Tezvtan. **Los abusos de la memoire**. Trad. Miguel Salazar. Barcelona: Paídos, 2000.